

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO
2.078.934/25-2



VATICANO S/A
CNPJ/MF Nº 43.598.873/0001-50
NIRE Nº 35300577264

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: Aos 05 dias do mês de maio de 2025, às 10h, na sede da Companhia, na cidade de Bertioga, estado de São Paulo, no Largo da Pousada, nº 121, apto. 96, bairro Riviera, CEP 11262-036.

CONVOCAÇÃO: Dispensada em virtude do comparecimento dos acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia.

QUÓRUM DE INSTALAÇÃO: verificou-se a presença dos acionistas da Companhia representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia.

MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Diretor Presidente, Sr. Eduardo Faci, que convidou a mim, Alan Fratti, para secretariá-lo.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) o ajuste no número mínimo de diretores no Estatuto Social; (ii) reeleição do Diretor Presidente Eduardo Faci; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia refletindo essas alterações.

DELIBERAÇÕES: Aberta a reunião, o Sr. Eduardo Faci apresentou aos acionistas a proposta de alteração do número mínimo de diretores da Companhia em conformidade com o art. 143 da Lei 6.404/76 (conforme redação dada pela Lei Complementar 182, de 2021) para 01 (um) diretor.

Aberta a votação e apresentados os aspectos que poderão ser benéficos à Companhia com tal alteração, foi aprovada, pela unanimidade dos acionistas, que o mínimo de diretores da Companhia será de 01 (um) diretor.

Na sequência, foi apresentada a proposta de reeleição do Diretor Presidente **EDUARDO FACI**, brasileiro, casado em regime de separação de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº. 18.638.636-9, expedido pela SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoa Física ("CPF") sob o nº 139.991.938-59, com residência principal na cidade de São Caetano do Sul, estado de São Paulo, na Rua Brás Cubas, nº 878, bairro Jardim São Caetano, CEP 09581-670, e que foi aprovada, pela unanimidade dos acionistas, para um mandato de 03 (três) anos conforme disciplinado pela Lei 6.404/76, contado de maneira contínua ao mandato de sua eleição realizada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de

JUCESP - Santo André
180

95000

Maio de 2022, registrada sob nº 295.697/22-2 em sessão de 10/06/2022, sendo portanto o novo mandato de 06/05/2025 a 06/05/2028.

Os acionistas destacam que findo o mandato do Diretor Oscar Martorelli de Mattos, eleito em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de Maio de 2022, registrada sob nº 295.697/22-2 em sessão de 10/06/2022, este não foi reeleito.

Os acionistas deliberam ainda que a consolidação do Estatuto Social refletindo todas as deliberações ora aprovadas acompanha esta Ata de Assembleia Geral Extraordinária como seu Anexo I.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário para a lavratura desta Ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos integrantes da mesa e pelo acionista representando a maioria necessária para as deliberações tomadas na assembleia, de acordo com o art. 130 da Lei das Sociedades Anônimas e com o manual de registro da Sociedade Anônima (Anexo V da IN/DREI 81/2020, conforme alterada), sendo esta Ata cópia fiel da constante no respectivo livro de atas.

São Caetano do Sul, 05 de maio de 2025.

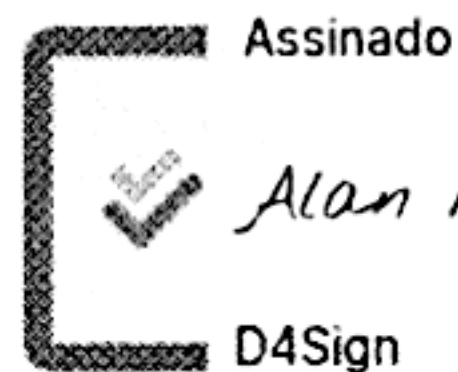
Mesa:

efaci1@icloud.com



Eduardo Faci
Presidente

alan.fratti@frattiadogados.com.br



Alan Marcos Fratti

Alan Marcos Fratti
Secretário

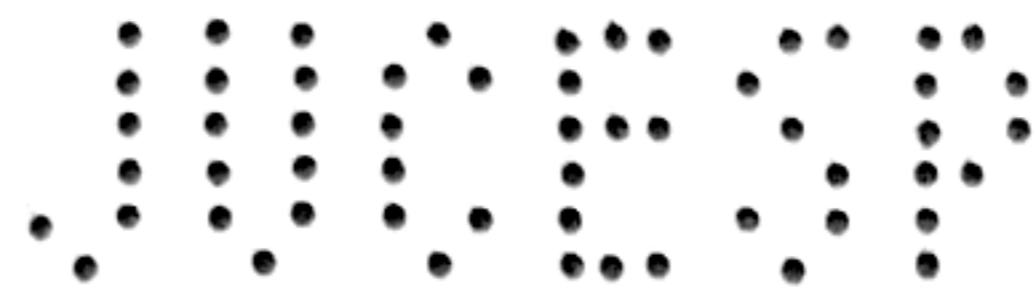
Acionista Majoritário:

efaci1@icloud.com



Eduardo Faci





Anexo I
ESTATUTO SOCIAL DA

VATICANO S/A
CNPJ/MF Nº 43.598.873/0001-50
NIRE Nº 35300577264

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

CLÁUSULA UM: A VATICANO S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto, pelas disposições legais e regulamentos que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei n. 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades Anônimas")

CLÁUSULA DOIS: A Companhia tem sua sede social na cidade de Bertioga, estado de São Paulo, no Largo da Pousada, nº 121, apto. 96, bairro Riviera, CEP 11262-036, podendo criar e extinguir filiais, escritórios e representações em qualquer parte do território nacional, ou no exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral ou da Diretoria.

CLÁUSULA TRÊS: A Companhia tem por objeto única e exclusivamente, as seguintes atividades:

- (i) Holdings de instituições não-financeiras, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
- (ii) A prestação de serviços de intermediação de negócios em geral; e aquisição e cessão de direitos creditórios em decorrência e/ou em complementação aos seus negócios.

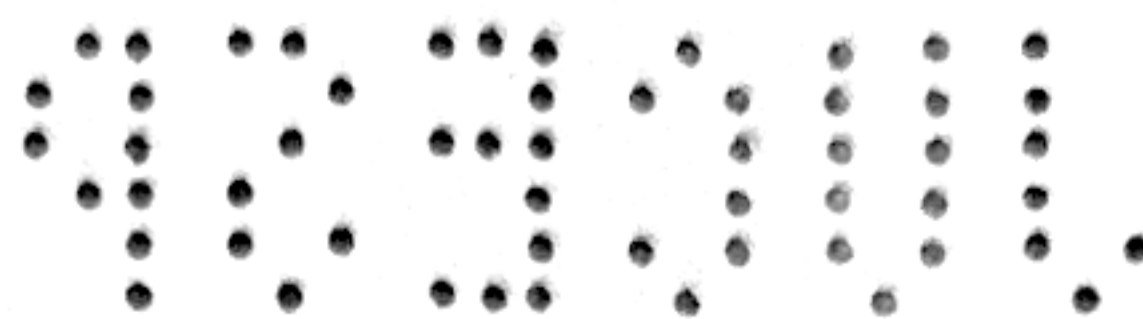
CLÁUSULA QUATRO: O prazo de duração da Companhia será indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA CINCO: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo Segundo - A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá criar outras classes e espécies de ações.



Parágrafo Terceiro - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo Quarto - Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, que pode ser exercido no prazo legal de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Quinto - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia não emitirá certificados de ações.

Parágrafo Sexto - É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIAS GERAIS

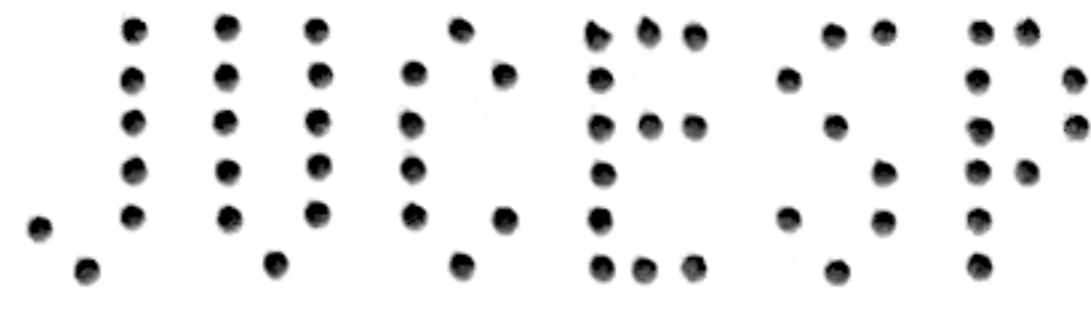
CLÁUSULA SEIS: A Assembleia Geral reunir-se-á na sede social (i) ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, de acordo com a legislação aplicável e com as disposições deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - As Assembleias Gerais serão convocadas em primeira convocação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência à data da assembleia, ou em segunda convocação com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência em relação à data da assembleia.

Parágrafo Segundo - As Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando 75% do capital social da Companhia, e em segunda convocação, independentemente do quórum presente. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem acionistas representando 100% do capital social.

Parágrafo Terceiro - Conforme o disposto no §3º do art. 124 da Lei das Sociedades Anônimas, os Acionistas que representarem 5% (cinco por cento), ou mais, do capital social da Companhia, serão convocados por telegrama ou carta registrada, expedidos com a antecedência prevista na Lei das Sociedades Anônimas.

Parágrafo Quarto - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por qualquer pessoa designada pelos acionistas representando a maioria do capital social da Companhia presentes na reunião. O



presidente da Assembleia Geral nomeará um secretário, que pode ou não ser acionista da Companhia.

CLÁUSULA SETE: Para participar da Assembleia Geral, o acionista, ou seu representante legal, deverá comparecer munido de documentos que comprovem sua identidade.

Parágrafo Único - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

CLÁUSULA OITO: As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto de Acionistas representando a maioria do capital social presente, exceto para deliberações em que sejam exigidos quóruns de aprovação maiores nos termos do presente estatuto ou da Lei das Sociedades Anônimas.

Parágrafo Único - As atas das Assembleias poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no §10, do artigo 130, da Lei das Sociedades Anônimas.

CLÁUSULA NOVE: As Assembleias Gerais da Companhia somente poderão ser realizadas em dias úteis, durante o horário comercial, e serão realizadas na sede da Companhia, exceto se 100% dos acionistas concordarem expressamente datas, horários e locais diversos do disposto nesta cláusula, podendo a reunião ser realizada, inclusive, por meio eletrônico em teleconferência se os acionistas assim concordarem.

CAPITULO IV ADMINISTRAÇÃO

Seção I Disposições Gerais

CLAUSULA DEZ: A Companhia será administrada por uma Diretoria, de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

CLÁUSULA ONZE: A Assembleia Geral determinará a remuneração anual fixa e/ou variável, se aplicável, da Administração da Companhia, a qual será distribuída mediante deliberação da Diretoria.

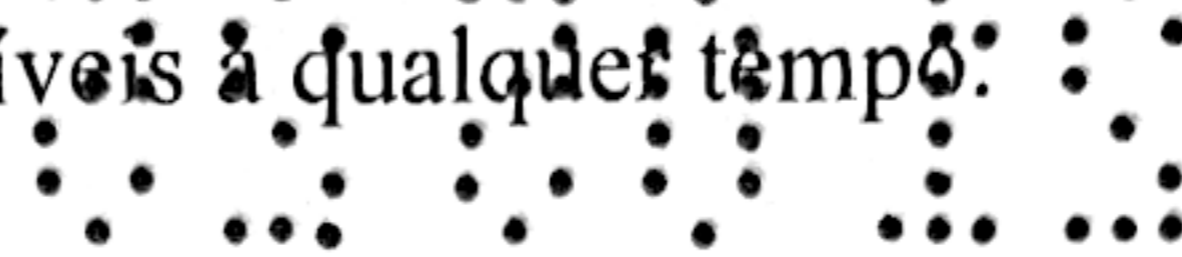


Seção II

Diretoria



CLÁUSULA DOZE: A Diretoria será composta de no mínimo 1 (um) e no máximo 6 (seis) diretores, residentes e domiciliados no País, todos eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.



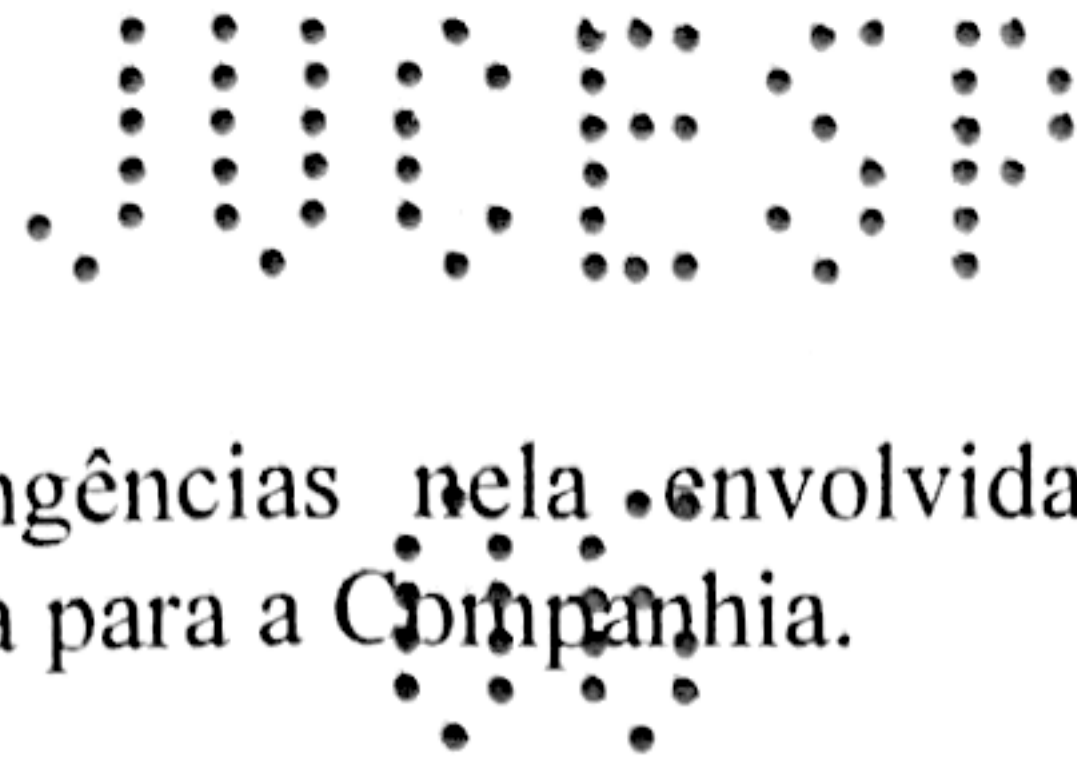
CLÁUSULA TREZE: O prazo de gestão dos Diretores será de 3 (três) anos. Os Diretores permanecerão em seus cargos até que seus sucessores, devidamente eleitos, sejam empossados.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores deverão ser escolhidos de acordo com critérios exclusivamente profissionais, levando-se em conta a sua notória experiência e especialização, afim de que possam cumprir suas atribuições dentro das exigências de mercado e das melhores práticas. Os Diretores tomarão posse mediante assinatura de termo próprio, no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

CLÁUSULA QUATORZE: Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - Compete especificamente à Diretoria:

- (a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral;
- (b) elaborar e submeter, anualmente a apreciação da Assembleia Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Econômico-financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (c) elaborar e propor à Assembleia Geral os planos de negócios operacionais e de investimento da Companhia, incluindo estratégias para implantação de tais negócios;
- (d) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração;
- (e) aprovar a contratação ou promoção de empregados que venham a ocupar cargos com funções gerenciais, ou a sua respectiva demissão; e
- (f) aprovar o ajuizamento de ações ou medidas judiciais de natureza tributária ou indenizatória ou daquelas, que em razão das consequências



ou contingências nela envolvidas, sejam consideradas de grande relevância para a Companhia.

Parágrafo Segundo - O uso da denominação social é privativo dos Diretores de acordo com a respectiva competência, e os limites e condições fixados neste Estatuto Social, não produzindo nenhum efeito, inclusive perante terceiros, os atos que forem praticados sem observância deste preceito.

CLÁUSULA QUINZE: A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida da seguinte forma: (i) isoladamente pelo Diretor Presidente; (ii) pelo Diretor Presidente em conjunto comum procurador. Em casos excepcionais, aprovados pela Assembleia Geral, a Companhia poderá ser representada isoladamente por um diretor ou procurador com poderes especiais e expressos. As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas pelo Diretor Presidente, conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 1(um) ano, ressalvada a outorga de poderes da cláusula adjudícia que poderão ter prazo de validade indeterminado.

Parágrafo Primeiro - Nos atos de mera rotina e simples correspondência os Diretores poderão agir individualmente, dentro de seus deveres, poderes e responsabilidades, como definidos neste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo - São expressamente vedados quaisquer atos em nome da Companhia em operações ou negócios estranhos ao objeto social.

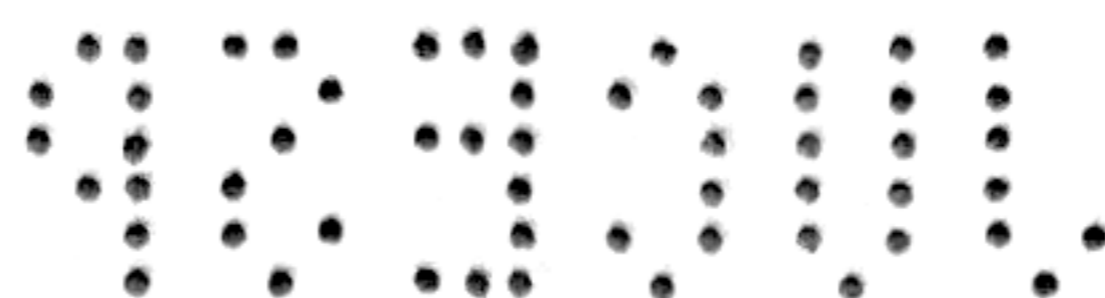
Parágrafo Terceiro - Os Diretores ficam dispensados de prestar caução, devendo a sua investidura no cargo ser formalizada mediante assinatura de termo lavrado em livro próprio.

CLÁUSULA DEZESEIS: Compete privativamente ao Diretor Presidente:

- (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (ii) coordenar a atividade da Diretoria de acordo com o melhor interesse da Companhia;
- (iii) baixar atos normativos e decisórios necessários ao funcionamento e a organização interna da Companhia.

CAPÍTULO V **Conselho Fiscal**

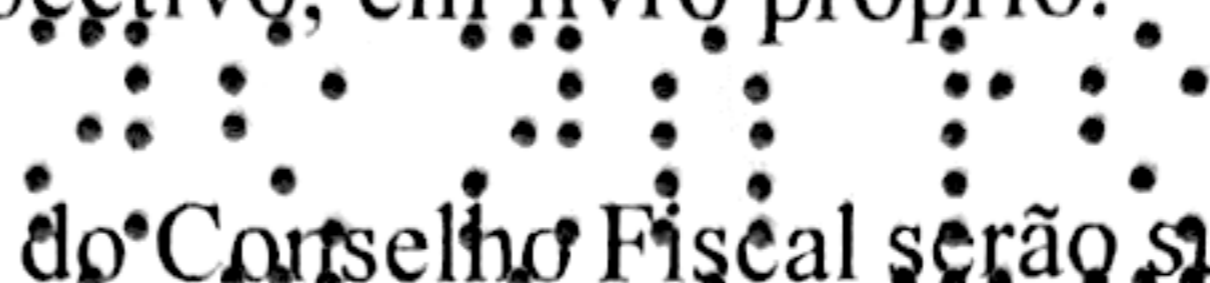
CLÁUSULA DEZESETE: O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.



O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.



Parágrafo Primeiro - A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio.



Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos respectivos suplentes.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder a eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo Quarto - Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros; a eleição da pessoa que seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro de órgão da administração.

CLÁUSULA DEZOITO: Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário, e deliberará sobre as matérias de sua competência.

Parágrafo Primeiro – Independente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

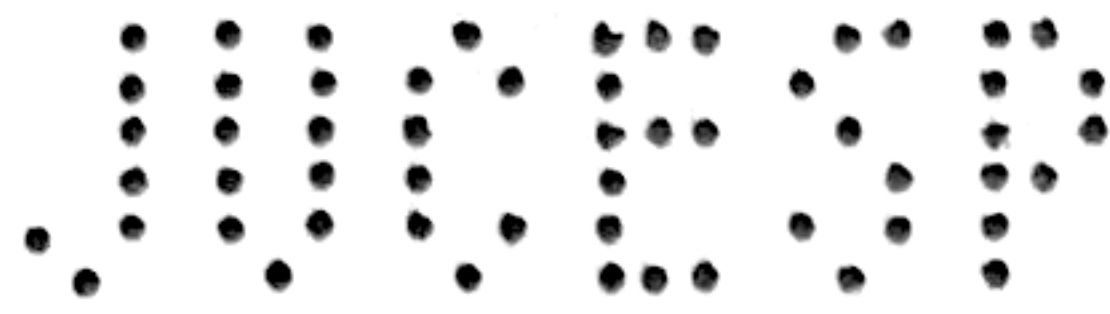
Parágrafo Segundo - Todas as manifestações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

Parágrafo Terceiro – Quando instalado, o Conselho Fiscal terá as atribuições e poderes previstos em lei.

CAPÍTULO VI

Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros

CLÁUSULA DEZENOVE: O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras que serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária. As demonstrações contábeis da Companhia deverão ser auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.



CLÁUSULA VINTE: Observado o disposto no Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação:

- (i) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas, conforme alterada;
- (i) os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas, conforme alterada;
- (i) o saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável.

Parágrafo Único - A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que tratam o §1º do artigo 182 da Lei das Sociedades Anônimas, exceder 30% do capital social, nos termos do §1º do artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas.

CLÁUSULA VINTE E UM: A Companhia poderá elaborar balanços semestrais ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral:

- (a) o pagamento de dividendo à conta do lucro apurado em balanço semestral, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do artigo 204 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (b) a distribuição de dividendos em períodos semestrais ou inferiores, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital, nos termos do artigo 204 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (c) o pagamento de dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do artigo 204 da Lei das Sociedades Anônimas; e
- (d) o pagamento de juros sobre o capital próprio a qualquer tempo, nos termos da lei específica sobre o assunto, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório.



CLÁUSULA VINTE E DOIS: A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituída sem balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO VII **Liquidação**

CLÁUSULA VINTE E TRÊS: A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se foro caso, instalará o Conselho Fiscal para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

Parágrafo Único - Nos casos de liquidação, os haveres da Companhia serão aplicados no pagamento das obrigações, e o remanescente, se houver, distribuído entre os acionistas proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

CAPÍTULO VIII **Disposições Gerais**

CLÁUSULA VINTE E QUATRO: De forma a assegurar a adoção de boas práticas de governança corporativa, a Companhia: (i) disponibilizará a seus acionistas, quando solicitada, os contratos celebrados com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão; e (ii) em caso de abertura de capital, compromete-se a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure níveis diferenciados de práticas de governança corporativa.

CLÁUSULA VINTE E CINCO: Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e suas alterações.

CLÁUSULA VINTE E SEIS: A Companhia e sua administração deverão respeitar e cumprir os acordos de acionistas celebrados de acordo com o art. 118 da Lei das Sociedades Anônimas, devidamente arquivados na sede da Companhia e averbados no livro de registro de ações que, dentre outras disposições, estabeleçam cláusulas para alienação de ações de emissão da Companhia, disciplinem o direito de preferência e regulem as diretrizes e obrigações da administração.

ATA

FORO

CLÁUSULA VINTE E SETE: As partes elegem o Foro da Cidade de Bertioga, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias decorrentes deste Estatuto Social.

ATA

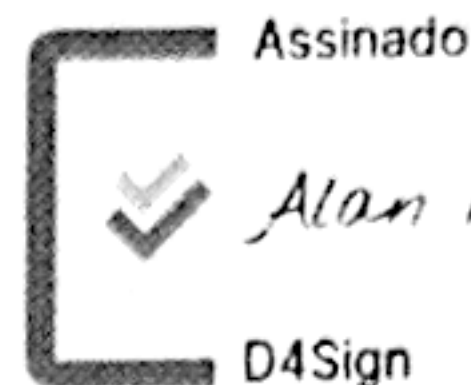
Mesa:

efaci1@icloud.com



Eduardo Faci
Presidente

alan.fratti@fratiadvogados.com.br



Alan Marcos Fratti

Alan Marcos Fratti
Secretário

VATICANO AGE Eleição Eduardo v1 2025 05 02 pdf

Código do documento 8c93f98e-f7e4-42be-93d4-7726a6cee675

Anexo: capa_requerimento638829106286804526.pdf

Anexo: DeclaracaoDesimpedimento638829106325217177.pdf



Assinaturas



Eduardo faci
efaci1@icloud.com
Assinou



Alan Marcos Fratti
alan.fratti@frattiadogados.com.br
Assinou

Alan Marcos Fratti

Eventos do documento

15 May 2025, 13:21:43

Documento 8c93f98e-f7e4-42be-93d4-7726a6cee675 **criado** por ALAN MARCOS FRATTI (3ff861e2-773f-4a59-b5c1-39bf357c738a). Email:juridico@nycbank.com.br. - DATE_ATOM: 2025-05-15T13:21:43-03:00

15 May 2025, 13:23:51

Assinaturas **iniciadas** por ALAN MARCOS FRATTI (3ff861e2-773f-4a59-b5c1-39bf357c738a). Email: juridico@nycbank.com.br. - DATE_ATOM: 2025-05-15T13:23:51-03:00

15 May 2025, 13:59:08

ALAN MARCOS FRATTI **Assinou** - Email: alan.fratti@frattiadogados.com.br - IP: 179.101.242.125 (179-101-242-125.user.vivozap.com.br porta: 24098) - Geolocalização: -23.6191744 -46.5862656 - Documento de identificação informado: 114.984.838-36 - DATE_ATOM: 2025-05-15T13:59:08-03:00

15 May 2025, 14:11:33

EDUARDO FACI **Assinou** - Email: efaci1@icloud.com - IP: 189.96.229.56 (ip-189-96-229-56.user.vivozap.com.br porta: 10796) - Documento de identificação informado: 139.991.938-59 - DATE_ATOM: 2025-05-15T14:11:33-03:00

Hash do documento original

(SHA256):f7b10a8de3198ef0e19717064a28ce1038745129657a3ac79e345ea4f815dd25

(SHA512):975899fcee907083a0ae6d0b8364784b66bcae0ab17a855855776a1bf2d5620c4be3f4ee8f4df6b279216c3cf58d2b0a111b708d6333065b68bb8bd0dc61f806

Hash dos documentos anexos

Nome: capa_requerimento638829106286804526.pdf

(SHA256):87a07b2ecd5594b1af235c09284eb777a181f947bab796beb35ef51972d6a04a

(SHA512):967a267e30b9453843799ead83c4b4e7f178ad87eacea06f06f0b693c37c6bbbb1b1f0ee22f1b37575d95e4d6cddd41643ccc966799a9a57a2a60240acc623



16 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 15 de May de 2025, 14:28:34



Nome: DeclaracaoDesimpedimento638829106325217177.pdf
(SHA256): 51180f2ac92b73c09e725877e9367b84f4138e20ba18d85ad9d5c77155a43505
(SHA512): a259cba4ccca4df86b6ea595d2c69f8d364ca28d1f6803033b6983ef68f957218e8e8c46d4d3556b0d1d11557a3d9251abb4ece8cdf511ea2627c545e6c74c66

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.